



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

216

**Sexta Câmara Cível**  
**Apelação Cível nº 105867-7**  
**Apelante: Crisanto Gonçalves Pedrosa**  
**Apelada: Jorcileida Olímpia Dina Mu**  
**Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves**  
**Relator Substituto: Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva**

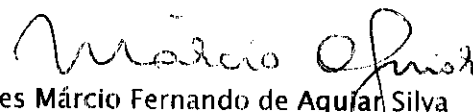
EMENTA – DIREITO CIVIL - AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA - SERVIDÃO DE TRÂNSITO - SÚMULA Nº 415 DO STF - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

- Servidão de trânsito não titulada, mas tornada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas, considera-se aparente, conferindo direito à proteção possessória (Sum. Nº 415 do STF).

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 105867-7, acordam os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Recife, 1º/12/2009.

  
Des Márcio Fernando de Aguiar Silva  
Desembargador Substituto



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

217

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0105867-7

Apelante: Crisanto Gonçalves Pedrosa

Apelada: Jorcileide Olímpia Dina Mu

RELATOR: DES. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

RELATOR SUBSTITUTO: DES. MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

RELATÓRIO

Adoto o da sentença de fls. 151/157, que passo a ler: -----

Acrescento que o Douto Juízo "a quo", com base em diversos julgados de outros tribunais, bem como em consonância com a Súmula nº 415 do STF, julgou procedente o pedido formulado na ação de nunciação de obra nova, ratificando a liminar anteriormente concedida.

Julgou, ainda, improcedente o pedido constate da Ação Reconvencional, condenando o nunciado/reconvinte, ao pagamento das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios.

Irresignado com a decisão da primeira instância, o vencido interpôs recurso de apelação, requerendo a apreciação da lide em instância superiores para que seja reformada a sentença de mérito, nos termos pleiteados (fls. 159/166).


Sustenta o apelante, que com o ingresso da ação de reconvenção, pretendia a condenação da apelada/reconvinda ao pagamento de indenização pelas despesas efetuadas com a execução da obra, vez que na sentença judicial não há qualquer determinação autorizadora de derrubada ou demolição do muro que margeava a entrada da sua propriedade, sendo o que requer no presente apelo.

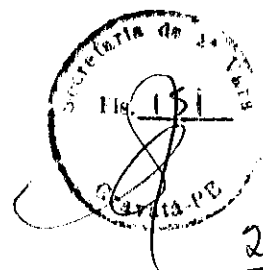
O recurso foi recebido em seu duplo efeito conforme decisão exarada às fls. 176.

As contra-razões estão lançadas às fls. 177/184, com as quais são rebatidas as razões do recurso, pugnando o apelado pela manutenção da sentença.

É o que de essencial havia para ser registrado.

Recife, 29 de maio de 2006.

  
DES. MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA  
RELATOR SUBSTITUTO



PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 2.<sup>a</sup> VARA DA COMARCA DE  
GRAVATÁ - ESTADO DE PERNAMBUCO

Ação de Nunciação de Obra Nova.

Processo nº 3.197-C/01.

Autora: **JOCIRLEIDE OLIMPIA DINA MU.**

Réu: **CRISANTO GONÇALVES PEDROSA.**

SENTENÇA

EMENTA:

NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA.  
SERVIDÃO DE TRÂNSITO.  
PROCEDÊNCIA.

É procedente o pedido de embargo se a obra obstrui trecho de estrada utilizada habitualmente pela autora para trânsito e acesso a área de sua propriedade.

Para que se reconheça a servidão de trânsito não é necessário que o imóvel serviente esteja incrustado, bastando a comprovação do uso duradouro, habitual e útil.

Vistos etc.

**JOCIRLEIDE OLIMPIA DINA MU**, qualificada nos autos, por intermédio de advogado e procurador legalmente constituído, com base no **art. 934, inciso I, do Código de Processo Civil**, ingressou com a presente **Ação de Nunciação de Obra Nova** contra **CRISANTO GONÇALVES PEDROSA**, também qualificado, argüindo, em síntese que estão sendo efetuadas obras em uma estrada contígua ao seu imóvel, com fins de obstaculizar o acesso da autora a sua caixa d'água. Alega que a estrada existe há mais de 60 (sessenta) anos e se trata de servidão utilizada pela demandante e outros moradores do local.

Requeru, então, o embargo liminar e, ao final, a procedência do pleito, a fim de sustar definitivamente os trabalhos na mencionada obra e demolir o que já tiver construído.



Juntou procuração e documentos, inclusive escritura pública de compra e venda do imóvel (fls. 05/14).

219

Pagou custas (fls. 16)

Despacho concedendo a liminar (fls. 18). Auto de Embargo (fls. 22). Citação (fls. 20/20-v).

A parte ré apresentou resposta através de contestação e reconvenção.

Na contestação argüiu as preliminares de carência de ação e ausência de pressupostos processuais e interesse de agir. No mérito, alega, em síntese, que a estrada em questão pertence na verdade ao nunciado e que foi adquirida há mais de 15 (quinze) anos; que a nunciante possui acesso ao seu imóvel pela "estrada velha de Chã Grande", razão porque não há direito à servidão; que o carro-pipa pode acessar sua caixa d'água sem precisar entrar na estrada; que construiu a obra para dar mais segurança ao seu imóvel. Requeru a improcedência do pedido formulado na inicial. Juntou documentos (fls. 45/63).

Na reconvenção (fls. 64/67) alegou, resumidamente, que sofreu danos materiais e morais em razão da demolição da obra, razão porque requer a justa indenização. Pagou custas (fls. 68). Juntou documentos (fls. 69/89).

A Autora reconvinda apresentou contestação à reconvenção em que pede pela improcedência do pedido reconvenicional (fls. 91/93).

Designada audiência de conciliação, as partes restaram inconciliadas, tendo o Juízo afastado as preliminares argüidas na contestação, saneando o feito e designando a realização de inspeção judicial. (fls. 118/119).

Auto de inspeção às fls. 121.

Realizada audiência de instrução (fls. 122/126), foram ouvidas testemunhas.

As partes apresentaram alegações finais (fls. 133/135 e fls. 139/143).

Conclusos os autos.

É o relatório.

10

**Passo a decidir.**

À luz do art. 934, I, do CPC compete a nunciação de obra nova **"ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a edificação de obra nova em imóvel vizinho lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado"**.



Está claro na inicial, que o fundamento do embargo pretendido é, exatamente, a existência de uma servidão de trânsito utilizada pela nunciante, que restaria prejudicada com a construção de um portão no acesso a estrada.

Todavia, alega o nunciado que a estrada lhe pertence e que o demandante possui outro acesso ao seu imóvel.

Portanto, a questão fulcral está em estabelecer a existência ou não da servidão alegada, assim como da propriedade da estrada em questão.

O argumento esposado pelo nunciado, no que se refere à impossibilidade de se garantir servidão de passagem quando o imóvel dominante não é incrustado, como é o caso do imóvel do nunciante, não merece prosperar.

Pelo que consta dos autos, verifica-se que se Trata de servidão de trânsito, fulcrada no art. 695 do CC e não de passagem forçada, que tem por fundamento o art. 559 do mesmo diploma legal; razão porque é desnecessário, para o seu reconhecimento, que o imóvel dominante não possua outro acesso para a via pública.

*In casu*, restam demonstrados os requisitos para o reconhecimento da servidão de trânsito. A autora faz uso da estrada há bastante tempo, como comprovaram as testemunhas ouvidas em juízo, sendo este o caminho habitual de acesso para o abastecimento de sua caixa d'água, na forma que sempre utilizou.

Ora, o uso habitual e duradouro de uma estrada que sempre esteve aberta para o uso da nunciante, caracteriza, indubitavelmente, a servidão de trânsito, razão porque a proprietária do imóvel dominante tem direito de utilizar a ação de embargo contra obra que possa impedir a fruição da servidão.

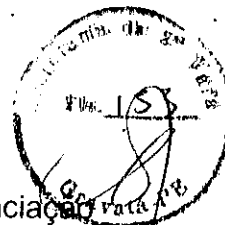
Não se pode confundir o direito de vizinhança com o direito possessório que a Demandante provou possuir.

É farta a jurisprudência nesse sentido:

27056252 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – SERVIDÃO DE TRÂNSITO – O direito de passagem forçada, fundado no direito de

**Passo a decidir.**

À luz do **art. 934, I, do CPC** compete a nunciação de obra nova **"ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a edificação de obra nova em imóvel vizinho lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado"**.



Está claro na inicial, que o fundamento do embargo pretendido é, exatamente, a existência de uma servidão de trânsito utilizada pela nunciante, que restaria prejudicada com a construção de um portão no acesso a estrada.

Todavia, alega o nunciado que a estrada lhe pertence e que o demandante possui outro acesso ao seu imóvel.

Portanto, a questão fulcral está em estabelecer a existência ou não da servidão alegada, assim como da propriedade da estrada em questão.

O argumento esposado pelo nunciado, no que se refere à impossibilidade de se garantir servidão de passagem quando o imóvel dominante não é incrustado, como é o caso do imóvel do nunciante, não merece prosperar.

Pelo que consta dos autos, verifica-se que se Trata de servidão de trânsito, fulcrada no art. 695 do CC e não de passagem forçada, que tem por fundamento o art. 559 do mesmo diploma legal; razão porque é desnecessário, para o seu reconhecimento, que o imóvel dominante não possua outro acesso para a via pública.

*In casu*, restam demonstrados os requisitos para o reconhecimento da servidão de trânsito. A autora faz uso da estrada há bastante tempo, como comprovaram as testemunhas ouvidas em juízo, sendo este o caminho habitual de acesso para o abastecimento de sua caixa d'água, na forma que sempre utilizou.

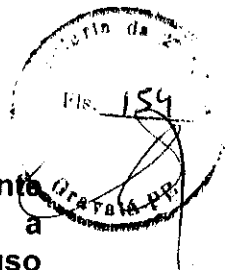
Ora, o uso habitual e duradouro de uma estrada que sempre esteve aberta para o uso da nunciante, caracteriza, indubitavelmente, a servidão de trânsito, razão porque a proprietária do imóvel dominante tem direito de utilizar a ação de embargo contra obra que possa impedir a fruição da servidão.

Não se pode confundir o direito de vizinhança com o direito possessório que a Demandante provou possuir.

É farta a jurisprudência nesse sentido:

27056252 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE – SERVIDÃO DE TRÂNSITO – O direito de passagem forçada, fundado no direito de

12



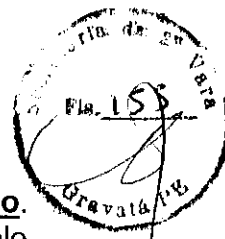
222

vizinhança, destina-se a propiciar judicialmente uma saída para a via pública, enquanto a servidão de trânsito e adquirida pelo uso prolongado ou convencionado pelas partes interessadas, não importando a existência ou não de outras saídas; o que interessa e saber se existe posse sobre o caminho e se esta passagem era comumente utilizada. Apelo desprovido. (TJRS – AC 197273980 – RS – 15ª C.Cív. – Rel. Des. Vicente Barroco de Vasconcelos – J. 02.09.1998) (destaquei)

27057747 – SERVIDÃO DE TRÂNSITO – Ainda que não titulada, mas com os caracteres de contínua e aparência, tem proteção possessória. Súmula 415, STF – Irrelevância de que os seus titulares possam dispor de outro acesso, vez que inconfundível a servidão com a passagem forçada. (TJRS – AC 598175511 – RS – 20ª C.Cív. – Rel. Des. Armínio José Abreu Lima da Rosa – J. 25.08.1998) (destaquei)

27061679 – MANUTENÇÃO DE POSSE – SERVIDÃO DE PASSAGEM – DISTINÇÃO DE PASSAGEM FORÇADA – TRÂNSITO DURANTE LONGOS ANOS – DIREITO SOBRE COISA ALHEIA CARACTERIZADO INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER FORMALIZAÇÃO – PRETENSÃO UNILATERAL DO DONO DO PRÉDIO SERVIENTE DE IMPEDIR O TRÁFEGO POR ALI APENAS DOS APELADOS, PERMITINDO O DE TERCEIROS, QUE CONSTITUI MANIFESTA TURBAÇÃO, RENDENDO ENSEJO AO USO DO INTERDITO DE MANUTENÇÃO – Tratando-se de servidão de trânsito, se o dono do prédio dominante costuma servir-se há muitos anos de determinado caminho se exterioriza por sinais visíveis, havendo até cerca maginal e porteira, servido também para a passagem da rede elétrica para o abastecimento dos moradores da vizinhança, entre os quais os proprietários do prédio dominante, institui-se o jus in ré aliena, digno de proteção possessória independentemente de qualquer formalidade ou outro modo de criação assim, não pode o proprietário do prédio serviente, unilateralmente, impedir o trânsito por ali, constituindo tal atitude manifesta turbacão a posse do proprietário do prédio dominante sobre a servidão, mesmo que

10



**não se trate tecnicamente de terreno encravado.**

Especial valia que se da a prova coletada pelo magistrado, que inclusive cuidou de inspecionar a região, suas observações valiosas para o deslinde da controvérsia. Apelo improvido. (TJRS – AC 198064404 – RS – 14ª C.Cív. – Rel. Des. Nelson Antonio Monteiro Pacheco – J. 06.08.1998) (destaquei e grifei)

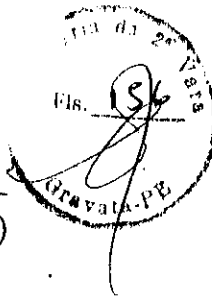
223

34009406 JCPC.523.3 JCPC.523 JCPC.524.II JCPC.524 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – SERVIDÃO DE PASSAGEM – AGRAVO RETIDO – Quando a parte deixa de apresentar um raciocínio calcado em razões fáticas e jurídicas, capaz de se contrapor diretamente a decisão agravada, para demonstrar a possível necessidade de sua reforma, desatende aos ditames dos arts. 523, parágrafo 3 e 524, II, do CPC, gerando o não provimento do agravo. **Ainda que o imóvel dominante não esteja encravado, possível e a seu proprietário usufruir da servidão de trânsito, se esta lhe proporciona maior utilidade e facilidade em alcançar outras localidades, podendo, por consequência, valer-se dos interditos possessórios respectivos quando obstado de utilizar a servidão estabelecida.** (TAMG – Ap 0227882-0 – 2ª C.Cív. – Rel. Juiz Lucas Sávio – J. 04.03.1997) (RJ TAMG 66/144) (destaquei)

34015682 JCCB.235.I JCCB.235.II JCCB.235 – AÇÃO CONFESSÓRIA – SERVIDÃO DE PASSAGEM – NULIDADE – SENTENÇA – FUNDAMENTAÇÃO – OUTORGA UXÓRIA – Não se comina de nula a sentença que contenha o relatório, os fundamentos e o dispositivo, com exame e julgamento das teses da demanda, mesmo que omita o julgador os dispositivos de Lei em que baseou a fundamentação. Não se vislumbra qualquer violação das regras estatuídas nos incisos I e II do art. 235 do CC, se consta dos autos o consentimento da mulher do requerente, que constitui advogados para defender seus interesses, eis que a apresentação do instrumento de procuração, ainda que tardia, e capaz de sanar a omissão ocorrida nos termos do art. 13, do estatuto processual. **A servidão de trânsito decorrente do exercício aparente e continuado da posse por mais de vinte anos, pode-se assentar na utilidade ou mera conveniência, não se exigindo a inexistência de outro caminho para atingir-se a**

1/P

via pública. (TAMG – Ap 0243408-4 – 3ª C.Cív. –  
Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 01.10.1997)  
(destquei)



Recurso especial. Processual civil e civil.  
Prequestionamento. Ausência. Divergência  
jurisprudencial. Comprovação. Reexame de prova.  
Servidão de trânsito. Obras. Contínua e aparente.  
Proteção possessória. Possibilidade. Encravamento  
do imóvel dominante. Desnecessidade.  
(omissis)

**É passível de proteção possessória a servidão  
de trânsito tornada contínua e aparente por meio  
de obras visíveis e permanentes realizadas no  
prédio serviente para o exercício do direito de  
passagem.**

O direito real de servidão de trânsito, ao  
contrário do direito de vizinhança à passagem  
forçada, prescinde do encravamento do imóvel  
dominante, consistente na ausência de saída  
pela via pública, fonte ou porto.

(STJ, 3.ª Turma, RESP 223.590/SP, DJU:  
17.09.2001, Relatora Ministra Nancy Andrigli)

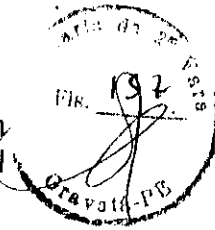
No que se refere à necessidade do registro da  
servidão de trânsito no cartório de registro de imóveis, verifico que, no presente  
caso, não há necessidade desta medida. Trata-se de servidão aparente, a  
estrada é antiga e o seu uso pela nunciante restou provado como sendo de  
longa data, devendo ser aplicado na espécie a súmula 415 do Pretório  
Excelso, *in verbis*:

**Súmula 415 – “Servidão de trânsito não titulada,  
mas tornada permanente, sobretudo pela  
natureza das obras realizadas, considera-se  
aparente, conferindo direito à proteção  
possessória.”**

Apesar dos argumentos tecidos acima já serem  
suficientes para embasar a declaração de procedência do pedido formulado  
nos autos, outro importante fato também conduziria ao mesmo resultado.

O demandado não provou que a estrada em questão  
é de sua propriedade. O caminho disputado fica espremido entre as terras da  
Nunciante e as terras do Sr. Jorge Bittencourt, o que conduziria a presunção  
que a estrada pertenceria à Autora ou ao Sr. Jorge, nunca ao nunciado, cujas  
terras não são adjacentes à estrada.

Não se trata de comprovação da titularidade de um bem imóvel por presunção, mas, sim, de ausência de comprovação escritural da propriedade do bem imóvel por parte do demandado.



Pois bem, observando o documento de fls. 45/48, juntado pelo nunciado e confrontando com os documentos de fls. 06/09-v, entendo que não restou provada a propriedade do trecho de terra onde existe a estrada cuja titularidade resta controversa. A certidão de fls. 45/48 não faz menção a este trecho, não sendo, portanto, título comprobatório de propriedade por parte do demandado.

225

Dessarte, também por este motivo o pedido de embargo deve ser deferido, vez que o nunciado não possui título que permita contestar o pedido formulado nos presentes autos.

Sendo procedente o pedido elaborado na Ação de Nunciação, a ação reconvenicional deve ser julgada improcedente.

Restou demonstrado que a interposição da ação de nunciação de obra nova pela demandante se constituiu em exercício regular de direito, não cabendo, portanto, qualquer indenização, quer por danos materiais, quer por danos morais, por ausência da prática de qualquer ato ilícito por parte da Autora.

**DIANTE DO EXPOSTO**, com fundamento na legislação acima mencionada, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO DE NUNCIAÇÃO**, para ratificar a liminar concedida, condenando o réu **CRISANTO GONÇALVES PEDROSA** a demolir o que tiver construído, extinguindo o processo com julgamento do mérito, a teor do art. 269, inciso I, primeira parte, do Código de Processo Civil.

Fica o réu condenando ao pagamento das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios, estes na base de 10% (dez) sobre o valor da causa.

**JULGO, AINDA, IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO RECONVENCIONAL**, condenando o autor reconvinte no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa principal.

Após o trânsito em julgado desta decisão, com o pagamento do estipulado no item acima, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Gravatá, 27 de maio de 2003.

  
José **Alberto** de Barros **Freitas Filho**  
Juiz de Direito Auxiliar



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

226

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0105867-7

Apelante: Crisanto Gonçalves Pedrosa

Apelada: Jorcileide Olímpia Dina Mu

RELATOR: DES. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

RELATOR SUBSTITUTO: DES. MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA

VOTO

À análise dos autos, verifica-se que a sentença não padece de nenhum vício ou falha que enseje sua modificação. Isso porque o Juiz "a quo" cuidou de bem fundamenta-las, deixando evidenciada a formação de sua convicção.

Não há como negar a existência da servidão em questão, visto que as provas documentais e fotografias acostadas aos autos, além de provas testemunhais e inspeção ao local, dão conta da existência da estrada há muito tempo usada como servidão, não só do nunciante e do nunciado, mas como de outras pessoas que utilizam aquele caminho para os seus deslocamentos.

Para além disso, não ficou devidamente comprovado pelo demandado a titularidade necessária para contestar os pedidos formulados nos autos.

Saliente-se que por se tratar de servidão aparente, o objeto da lide encontra-se enquadrado na Súmula 415 do STF:

"Sumule 415 - Servidão de trânsito não titulada, mas tornada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas , considera-se aparente, conferindo direito à proteção possessória".

Todas as questões levantadas pelas partes foram analisadas de bem decididas pelo Juízo da causa, pelo que não vislumbro necessidade de modificação da sentença.

Posto isso, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

Recife 01.12.08  
Márcio Aguiar



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Fernando Martins

230  
189

227

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0105867-7**

**APELANTE: CRISANTO GONÇALVES PEDROSA**

**APELADA: JOCILEIDE OLÍMPIA DINA UM**

**RELATOR SUBST: JUIZ MÁRCIO FERNANDO DE AGUIAR SILVA**

**REVISOR: DES. ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS**

**VOTO DE REVISÃO:**

Trata-se de apelação contra sentença (fls.151/157) do MM Juiz de primeira instância que **JULGOU PROCEDENTE** o pedido inicial formulado pela autora, ora apelada na ação de Nunciação de Obra Nova e via de consequência ratificou a liminar anteriormente concedida.

Com relação ao pedido de reconvenção julgou improcedente e condenou o reconvinte/nunciado, ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Inconformado o nunciado/reconvinte interpôs o presente recurso de apelação pugnando pela reforma do *decisum* singular sob o argumento de que existe outro caminho que dá acesso a propriedade da nunciante e que a entrada da estrada a ele apelante e que só dá acesso à sua propriedade e nenhuma outra.

Por fim pugna pela reforma da sentença singular.

Foram apresentadas contra-razões (fls. 177/184) pugnando a apelada pela manutenção da sentença.

MRM

231  
228

que a única propriedade que dá acesso pela estrada é a sua propriedade e que o pedido de reconvenção foi devido ao abuso da parte com relação à demolição do muro e portanto entende que deve ser indenizado.

Tenho que razão não assiste ao apelante.

Ficou claro nos autos e bem fundamentado na irretocável sentença do magistrado a *quo* que a celeuma acerca da passagem se trata de servidão de trânsito, de acordo com o art. 695 do CC e não de passagem forçada, que se funda com o art. 559 do CC, motivo pelo qual é irrelevante que exista outro acesso para a via pública, basta que reste provado que há uso de logo tempo.

A matéria já é sumulada pelo STJ que traz o seguinte teor:

**Súmula 415 "Servidão de trânsito não titulada, mas tornada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas, considera-se aparente, conferindo direito a proteção possessória".**

Quanto ao pedido de reconvenção, não há que se falar em indenização uma vez que como bem asseverou o MM Juiz a *quo* ficou claro que a ação de nulificação de obra nova interposta pela demandante se constituiu exercício regular de direito, não cabendo, portanto, qualquer indenização seja por danos morais ou materiais.

Desse modo meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso de apelação e conseqüentemente manter a sentença singular ora atacada na sua íntegra.

**É como voto.**

Des. Fernando Martins

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho o voto da turma.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA. "